

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC GIZO SAMPAIO MACHADO

OS INTERESSES DA COREIA DO SUL NA ANTÁRTICA:

A vertente Liberal do Sistema do Tratado da Antártica sob a ótica das políticas interna e
externa da Coreia do Sul

Rio de Janeiro

2016

CC GIZO SAMPAIO MACHADO

OS INTERESSES DA COREIA DO SUL NA ANTÁRTICA:

A vertente Liberal do Sistema do Tratado da Antártica sob a ótica das políticas interna e
externa da Coreia do Sul

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG(RM1) LEONARDO MATTOS

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2016

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, aos meus pais, pelo amor e orientações em minha criação. À minha esposa, Eliana pelo amor, apoio incondicional, companheirismo e compreensão nos momentos de ausência.

À Marinha do Brasil que me permitiu a oportunidade e as condições necessárias para a realização deste curso.

A todos os instrutores da Escola de Guerra Naval que contribuíram para a construção do conhecimento. Em especial, meu agradecimento ao CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pelas orientações, empenho e profissionalismo na orientação deste trabalho.

A Ely Pereira da Silva Junior pela colaboração prestada com seu conhecimento e disponibilidade para a confecção desta dissertação.

Aos amigos da turma do CEMOS-2016 pelo companheirismo em diversos momentos durante o curso.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar e descrever os interesses da Coreia do Sul no Continente Antártico com ênfase no desenvolvimento e evolução de seu Programa Antártico ao longo dos anos. A relevância do tema reside no aumento do interesse pela região e pela Coreia do Sul ser um dos atores com participação direta na Antártica e seus tratados. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia descritiva e analítica focada no histórico do interesse no continente pela Coreia, aliada a seu desenvolvimento a partir da criação do país em 1948. O trabalho apoiou-se na aplicação da Teoria Liberal Clássica e da Interdependência Complexa, aplicada ao sistema atual de governança da Antártica, visando à obtenção do embasamento para a análise pretendida. Após inter-relacionar a teoria com os dados e evidências, concluiu-se que o sistema de governança criado para conduzir os rumos da região Antártica se basearam nas ideias da Teoria Liberal Clássica e da Interdependência Complexa, porém, a Coreia do Sul busca garantir uma presença ativa no continente, ficando em condições de explorar economicamente a região, no caso de uma mudança nas atuais regras do Tratado.

Palavras-chave: Antártica. Coreia do Sul. Sistema do Tratado da Antártica. Liberalismo. Interdependência Complexa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. O LIBERALISMO CLÁSSICO E A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA.....	8
3. A ANTÁRTICA.....	12
3.1 Características Gerais e Breve Histórico.....	12
3.2 O Ano Geofísico Internacional.....	13
3.3 O Tratado da Antártica.....	14
4. A COREIA DO SUL NA ANTÁRTICA.....	18
4.1 História da Península Coreana no Século XX.....	18
4.2 A História do envolvimento da Coreia do Sul na Antártica.....	22
4.3 Organizações Governamentais da Coreia do Sul para a Antártica e o Fórum Asiático de Ciências Polares.....	30
5. OS INTERESSES DA COREIA DO SUL NA ANTÁRTICA.....	34
5.1 Os Interesses Políticos.....	34
5.1.1 <i>Presença e Voz nos Assuntos Antárticos</i>	34
5.1.2 A Antártica e o Status Internacional da Coreia do Sul.....	36
5.1.3 O Papel da Liderança da Coreia do Sul no Novo Mundo, a questão ambiental e sua Política de Crescimento Verde.....	38
5.1.4 Coreia Global.....	39
5.2 Os Interesses Científicos.....	41
5.3 Os Interesses Econômicos.....	42
6. CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXO – Figuras.....	54

1. INTRODUÇÃO

A República da Coreia, país com pouco mais de 60 anos, se juntou ao Tratado Antártico em 1986 como 33º membro e tornou-se membro consultor em 1989. Apesar de seu afastamento geográfico da região e as pressões geopolíticas que enfrenta nas proximidades de seu território, a Coreia do Sul tem feito grandes progressos na sua investigação científica na Antártica. O país utiliza a sua participação na Antártica como uma forma de expandir sua influência no Sistema Internacional, buscando aumentar seu status internacional.

Esta dissertação tem o propósito de identificar e descrever, usando a lente teórica do Liberalismo e da Interdependência Complexa, os interesses da Coreia do Sul no Continente Antártico, com ênfase no histórico de seu interesse pela região, pela evolução de seu programa antártico, nas riquezas inexploradas do continente e no prognóstico da escassez de recursos naturais no mundo.

A metodologia empregada neste trabalho será descritiva e analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho se propõe a responder aos seguintes questionamentos: Podemos considerar que a forma de governança da Antártica, por meio do Sistema do Tratado da Antártica, atende aos ideais liberais e da Interdependência Complexa? Após identificados os interesses da Coreia do Sul no Continente Austral, estaria o país objetivando a preservação da Antártica como um bem comum da humanidade, atendendo assim ao ideal Liberal?

Para buscar responder aos questionamentos mencionados, esta pesquisa foca seu estudo desde o início do interesse coreano após a Guerra da Coreia até os dias atuais, passando por um breve histórico ao longo das décadas.

Devido ao aumento do interesse brasileiro pela região Antártica com um significativo aumento das pesquisas polares após a aquisição pela Marinha do Brasil do Navio Polar Almirante Maximiano, em 2008, este trabalho se mostra relevante por ser o primeiro, que se tem notícia até o momento, na língua portuguesa, a abordar o interesse coreano na Antártica.

Sem ter o anseio de esgotar o assunto, esse conteúdo deve ser usado como uma fonte de consulta para entender como se desenvolve o programa de um dos diversos atores que se encontram no Continente Antártico, vislumbrando soluções para os diversos problemas encontrados na condução de um sistema de governança no local, bem como vislumbrar os desafios futuros na condução de interesses no continente.

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos: a presente introdução, quatro capítulos sobre o desenvolvimento do tema e uma breve conclusão.

O capítulo dois apresenta as teorias de relações internacionais do Liberalismo Clássico e da interdependência Complexa, que orientarão nossas análises. A partir dessas teorias estudaremos como a Coreia do Sul atua na Antártica, a importância da permanência das pesquisas no continente, as estruturas do país para com o continente e as relações com outros atores no Sistema Internacional.

O capítulo três versa sobre a importância da Antártica, algumas características do continente, o histórico do interesse na região, o desenvolvimento do Ano Geofísico Internacional que despertou o interesse na região por outros países que, mais tarde, junto com os Estados que reivindicaram território no local, foram os protagonistas na construção do Tratado da Antártica.

No capítulo quatro será apresentada ao leitor uma evolução da história da península coreana no final século XIX para o início do século XX até a criação de um novo Estado, a República da Coreia ou como é mais comumente conhecida Coreia do Sul, o início de seu crescimento econômico e sua busca de expandir sua influência na política global. Após o histórico da criação do país, será detalhado como surgiu o interesse da Coreia do Sul pela região da Antártica, explicitando os motivos que levaram o país a se aventurar na região, seus esforços para a adesão ao Tratado da Antártica e suas ações para a consolidação de sua presença no local. No final do capítulo serão mostradas ao leitor as organizações governamentais que cuidam dos interesses do governo coreano na Antártica, bem como o

Fórum Asiático de Ciências Polares, interessante iniciativa entre alguns países asiáticos para incentivar as pesquisas nas regiões polares.

O Capítulo cinco mostrará os interesses da Coreia do Sul no Continente Antártico dividindo-os em políticos, científicos e econômicos. Dentre os interesses políticos, será explicitada a importância em se manter a sua presença na região, a busca da Coreia do Sul em elevar seu status internacional e a questão ambiental como forma de crescimento do país junto a comunidade internacional com o tema Coreia Global. Serão apresentados os interesses científicos e as áreas de atuação da pesquisa na Antártica. Finalizando o capítulo, os interesses econômicos são demonstrados como forma de transformação da economia coreana.

No último capítulo é apresentada a conclusão desta pesquisa que tem por objetivo, apresentar uma sucinta explanação sobre os assuntos abordados, na tentativa de responder aos questionamentos em torno do interesse coreano no Continente Antártico e no sistema de governança da região.

2. O LIBERALISMO CLÁSSICO E A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

Neste capítulo será apresentada uma descrição das ideias do Liberalismo Clássico nas Relações Internacionais, como base para a descrição do conceito de Interdependência Complexa enfatizando a cooperação entre os Estados, Regimes e a transnacionalização.

O Liberalismo Clássico¹ sustenta que o sucesso das sociedades se dá a partir dos indivíduos, que deverão ter asseguradas as condições legais para alcançar esse sucesso. Quem assegura essas condições é o Estado, que regula as relações humanas por meio de um pacto coletivo (PECEQUILO, 2012).

Diante do pensamento liberal, os conflitos armados são um empecilho à realização das capacidades econômicas e políticas individuais, optando-se por interações pacíficas e estáveis, cooperação e não conflito, que permitam a obtenção do lucro e a preservação das identidades e direitos das sociedades (PECEQUILO, 2012).

Os Estados estão no meio de uma sociedade doméstica e transnacional que cria incentivos para que seus membros participem das interações econômicas, sociais e culturais além das fronteiras nacionais. As demandas dos indivíduos e dos grupos sociais de um país são as que definem as preferências nacionais. As demandas então são transmitidas por meio de instituições de representação política e constituem as motivações fundamentais de ação externa de um Estado. Esse quadro doméstico e transnacional varia e esta variação resulta das demandas sociais e preferências estatais que são o fundamento da conduta do Estado na política mundial (MORAVCSIK, 2003).

O Liberalismo lida com as perspectivas da paz, da prosperidade e do progresso e com as possibilidades e oportunidades para a criação, o aumento e o aprofundamento da cooperação entre os Estados. Essa cooperação é organizada por meio de contratos e da relação pacífica e

¹ Depois do surgimento e consolidação do Estado (séculos XVI e XVII), as chamadas Revoluções Liberais (séculos XVII e XVIII), influenciadas pela ascensão de uma nova classe social, a burguesia, trarão um novo pensamento e proposta de ação que dará origem ao Liberalismo clássico.

controlada de todos os atores. O aumento da cooperação levará a uma “governança global”².

A interdependência complexa representa modelo criado pelos professores Joseph Nye e Robert Keohane no livro *Power and interdependence*³ em que estão delineados as principais evidências para o comportamento estatal diante das várias agendas de relacionamento com uma multiplicidade de atores não estatais e individuais na arena externa. A escola da interdependência complexa defende que os Estados estão atrelados a uma ampla rede de contatos, interesses, articulações e fluxos transnacionais, mostrando a emergência de novos atores não estatais internacionais (CASTRO, 2012).

Interdependência significa que atores ou acontecimentos em diferentes partes de um sistema são afetados mutuamente, entende-se entre as partes uma dependência mútua. Esta dependência pode existir em maior ou menor quantidade. Nas relações entre os Estados significa que às vezes essa dependência pode ser boa ou ruim, mais ricas ou mais pobres, melhor ou pior (NYE, 2002).

Para Keohane e Nye, a evolução da política internacional desde 1945 e as estruturas multilaterais construídas para organizar as relações entre os Estados nos mais diversos campos, incrementou as possibilidades de cooperação entre estes atores, reduzindo a incerteza e aumentando a transparência nas relações interestatais. A partir desses mecanismos facilitadores, o conflito passa a ser secundário diante da cooperação, uma vez que os Estados começam a dar preferência a esse âmbito institucional e mudar a natureza de seu comportamento voltado apenas para o conflito. Com isso, é estabelecido um conjunto claro de regras e princípios, facilitando a ação coletiva. Além de participarem em Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIG), os Estados também apoiam a criação de regimes, regulando suas relações (PECEQUILO, 2012).

² Uma das primeiras hipóteses sobre o cenário mundial depois de 1989 girava em torno do estabelecimento de uma nova ordem a partir da Organização das Nações Unidas (ONU), fortalecendo a premissa de um sistema de governança global. Trazida por George W. Bush (1924 -), esta avaliação rapidamente esvaziou-se. Este esvaziamento deriva de três fontes: as dificuldades da ONU em atuar no pós-Guerra Fria, a ausência de reformas que adequassem o organismo ao novo equilíbrio de poder existente e a tendência unilateral de alguns países membros, em particular os Estados Unidos da América (PECEQUILO, 2012).

³ KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and interdependence*. 3a. ed. Nova Iorque, Longman, 2001.

A definição de Krasner afirma que

Regimes são conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão implícitos e explícitos em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das Relações Internacionais e fornecem as estruturas nas quais as relações entre os Estados podem se organizar de maneira mais completa e equilibrada (KRASNER, 1983, p. 2).

Como resultado dessa interligação cada vez maior dos Estados e suas sociedades, existe a crescente relevância dos atores não estatais. Nesse contexto os temas clássicos do conflito entre os Estados, baseados nos *Hard Power*⁴ começam a ser acompanhados por preocupações cada vez mais diversas na economia, cultura, política e sociedade, tais como democracia, meio ambiente e direitos humanos. A aceleração do desenvolvimento tecnológico e seus impactos nos fluxos de capital, bens, pessoas e informação reforçam os fenômenos da interdependência e da transnacionalização, elementos essenciais da globalização (NYE, 2002).

Em termos conceituais a interdependência corresponde aos efeitos recíprocos que se estabelecem entre Estados ou entre atores de diferentes países como produto do aumento e aprofundamento dos contatos internacionais. Estes contatos ocorrem além de suas fronteiras e produzem situações de dependência mútua, abrangendo fenômenos diversos: socioculturais, políticos, econômicos, ambientais e técnicos (CASTRO, 2012).

Os canais da interdependência são múltiplos, interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Os Estados são afetados e determinados significativamente por forças externas, tanto de forma simétrica quanto assimétrica, dependendo de seu grau de exposição e vulnerabilidade externa.

O conceito de transnacionalização, relaciona-se à interdependência e emerge da ação dos agentes privados no sistema internacional que se intensificou a partir dos desenvolvimentos tecnológicos e dos fenômenos que surgem além dos Estados e seus limites,

⁴ O Hard Power corresponde aos recursos de poder tradicionais, passíveis de serem vistos e sentidos com facilidade, percebendo sua influência e importância na prática. Como exemplo podemos citar: dimensões territoriais, posicionamento geográfico, demografia, capacidade industrial instalada, disponibilidade de matérias-primas e status militar (PECEQUILLO, 2012).

mas que por eles não podem ser controlados. Apesar de nascerem dentro dos Estados, estes fenômenos ultrapassam suas fronteiras, sendo representados por quatro fluxos: comunicações, transportes, finanças e pessoas (PECEQUILO, 2012).

No contexto da globalização, Keohane e Nye indicam a existência de uma transição e convivência de formas múltiplas e cenários diferenciados nas Relações Internacionais. Esta multiplicidade refere-se à ampliação das questões que interessam e afetam os Estados além do poder militar, do incremento da ação de outros atores, da ampliação das interações estatais e não estatais e das transformações das sociedades (PECEQUILO, 2012).

A interdependência complexa é o modelo utilizado pelos neoliberais, justificando os vários canais de contatos das sociedades internacionais. A quase ausência de hierarquia causa a diminuição do poder militar nas negociações, minimizando a força. Esse modelo de interação possibilita a participação da sociedade civil nas decisões internacionais.

O reconhecimento da necessidade de mútua dependência se torna uma ferramenta poderosa para alcançar os interesses entre os Estados. As instituições internacionais são fundamentais para ordenar o sistema internacional e o aumento de organismos internacionais, contribuem na evolução da resolução dos desafios globais, sem deixar de lado os interesses individuais.

Para os neoliberais, o poder por meio do diálogo, *Soft Power*⁵, tem se demonstrado superior ao da força, *Hard Power*, demonstrando a relevância da interdependência complexa nas relações internacionais.

⁵ A expressão *soft power* é baseada na persuasão ao invés da coerção e entrou no discurso político como uma maneira de distinguir os efeitos sutis de culturas, valores e ideias no comportamento de outros (NYE, 2002).

3. A ANTÁRTICA

Neste capítulo serão abordadas algumas características principais do Continente Antártico passando por características físicas e presença de recursos naturais importantes. Um breve histórico do interesse territorial na região por países que mais tarde assinariam o Tratado da Antártica, um dos acordos internacionais que regem os destinos da região. Também será abordado o Ano Geofísico Internacional, relevante ano para a pesquisa no mundo e que selou o interesse científico na região.

3.1 Características Gerais e Breve Histórico

A Antártica é o continente mais frio e seco do planeta com uma temperatura média anual de -10°C e precipitação média entre 30 e 70 mm, 98% do continente está coberto por um manto de gelo com, em média, dois quilômetros de espessura. Esse gelo tem um volume estimado de 25,4 milhões de quilômetros cúbicos, contendo 70% de toda água doce do planeta⁶. Tem o relevo mais acidentado do planeta com altitude média de 2.160 metros. A área total é de 13.661.000 km², equivalente a área total do Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia juntos. Tem um elevado potencial de riquezas minerais ainda não exploradas e estima-se que o continente seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial (MATTOS, 2015, SCAR, PROANTAR, 2016).

O Continente Antártico possui uma área só inferior em extensão à Rússia, com grandes reservas de minerais estratégicas, e que defronta os três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial, o Estreito de Drake, entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul, e a Rota do Cabo, entre o Atlântico Sul e o Índico. (MATTOS 2015)

⁶ Fonte: <https://www.mar.mil.br/secirm/portugues/proantar.html#introducao>. Acesso em 12 de junho de 2016.

Em 1820, o russo Fabian Gottlieb Thaddeus Von Bellinghausen (1778-1852)⁷, foi o primeiro explorador a avistar o Continente Antártico. A exploração predatória de mamíferos marinhos foi o grande atrativo para os exploradores desse continente, durante praticamente, todo o século XIX. Após as primeiras expedições científicas ao continente, ocorridas no final do século XIX, vieram as reivindicações territoriais. Em 1908 surgiu a primeira, feita pelo Reino Unido (DAY, 2013).

Após o Reino Unido, mais seis países reivindicaram territórios na Antártica, são eles: Argentina, Austrália, Chile, França, Nova Zelândia e Noruega. As bases para as reivindicações são afirmações de descobrimento anterior ao do Reino Unido aliado por exploração e ocupação efetiva do território com bases e acampamentos em seus respectivos setores (BUSH, 1982).

3.2 O Ano Geofísico Internacional

Na década de 1950, quando já se tinha à disposição uma nova instrumentação, especialmente foguetes e sismógrafos, inspiraram ao cientista norte-americano Lloyd Berkner (1905-1967)⁸ a propor um terceiro Ano Polar. O Conselho Internacional para a Ciência alargou a proposta de estudo dos Polos para a geofísica, renomeando o evento para Ano Geofísico Internacional (HALES, 1992).

O Ano Geofísico Internacional ocorreu no período de julho de 1957 a dezembro de 1958 e seu objetivo era congrega os esforços dos países que aderiram à campanha no sentido de proporcionar uma maior e melhor compreensão dos fenômenos relacionados ao planeta Terra⁹. Assim, sessenta mil cientistas de 66 países diferentes se organizaram para mobilizar o

⁷ Explorador russo que serviu como oficial da Marinha Imperial da Rússia e comandou a segunda expedição russa de circunnavegação do globo. Durante esta expedição, Bellingshausen veio a ser a primeira pessoa a avistar o Continente Antártico, em 1820. A expedição partiu das recém-descobertas ilhas Shetland do Sul, integrada pelos navios "Vostok" e "Mirnyi", avistando o Continente Antártico em 28 de Janeiro de 1820.

⁸ Foi um físico e engenheiro norte americano. Um dos inventores do dispositivo utilizado para medir a densidade de elétrons na ionosfera.

⁹ Fonte: <http://www.ipy.org/>. Acesso em 12 de junho de 2016.

maior número de pessoas em torno das questões científicas sobre o planeta.

O período de julho de 1957 a dezembro de 1958 foi o escolhido, por ser de atividade solar máxima, em oposição ao Segundo Ano Polar Internacional, de 1932/33, quando a atividade solar foi mínima (MATTOS, 2015).

O AGI em 1957, tinha como objetivo sensibilizar a sociedade civil e organizações governamentais sobre o estudo da estrutura, da composição, das propriedades físicas e dos processos dinâmicos da Terra.

Com o transcurso do AGI, Bélgica, Japão, África do Sul, Estados Unidos da América (EUA) e a ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), realizaram suas pesquisas na Antártica e, verificando o potencial do continente, juntaram-se as discussões de reivindicação de territórios no continente.

Particularmente os EUA e a ex-URSS tornaram-se importantes protagonistas no Sistema Internacional após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, a posição dos dois a partir daquele momento tinha um peso considerável para qualquer acordo sobre o continente.

Uma vez encerrado o AGI, os países participantes das pesquisas antárticas mantiveram suas estações, reafirmando seu interesse na região (PROANTAR, 2016).

Em maio de 1958, o presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, convida os onze países, que juntamente com os EUA participariam da conferência, que teria início em 15 de outubro de 1959, em Washington D.C. e visava o estabelecimento de um regime de cooperação internacional para a Antártica (MATTOS, 2015).

3.3 O Tratado da Antártica

O Conselho Internacional de União Científica (ICSU) aprovou, em 1957, a criação do Comitê Especial para Pesquisas Antárticas, atualmente Comitê Científico para Pesquisas Antárticas (SCAR), formado por delegados de diversos países engajados em pesquisas antárticas (PROANTAR,2016).

Esse foi um marco importante para o desenvolvimento das pesquisas no Continente, tendo delas participado: Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido, África do Sul e a ex-URSS.

O interesse manifestado pelos países atuantes na Antártica, somado à situação de desconfiança criada pela presença de bases da ex-URSS nas proximidades das áreas adjacentes aos setores reivindicados por diversos países e a inquietude dos EUA pelo estabelecimento de um regime de cooperação internacional para a Antártica, apressaram a busca de um regime jurídico apropriado para a solução da complexa situação criada na região (PROANTAR, 2016).

Em 1 de dezembro de 1959 foi assinado o Tratado da Antártica que é composto por 14 artigos, dos quais destacam-se: o uso da Antártica para fins pacíficos (sendo proibido qualquer teste de armas, inclusive as nucleares; instalação de bases militares ou realização de exercícios militares); a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional na Antártica; e o congelamento das reivindicações territoriais daqueles sete países. O Tratado entrou em vigor em junho de 1961 (DAY, 2003).

O Tratado da Antártica é rotineiramente descrito como sendo a pedra angular de um sistema de governança do continente com uma série de instrumentos jurídicos e instituições. A Antártica não é mais politicamente remota e, cientistas e turistas viajam para o continente e oceano circundante anualmente (DODDS, 2010).

O Tratado, como estabelecido em seu artigo XIII, estava aberto à adesão, mas na prática havia uma distinção entre os países. Os 12 que assinaram em 1959 eram considerados “países originalmente signatários”, enquanto que aqueles que aderiram e comprovaram ter realizado “substancial pesquisa científica” passaram a ser considerados “partes consultivas”, igualmente com poder de voto e veto no regime. A terceira categoria de países refere-se àqueles que aderiram, mas não foram formalmente reconhecidos pelos demais como tendo realizado “substancial pesquisa científica”, eles participam das reuniões anuais, mas na condição de

observadores, sem direito a voto (MATTOS, 2015).

O ano de 1972 trouxe a primeira convenção de caráter preservacionista, a Convention on the Conservation of Antarctic Seals (CCAS), que tinha por objetivo a proteção de diversas espécies de focas, após décadas de caça indiscriminada por diversos países. Esta convenção entrou em vigor em 1978. Em maio de 1980, em conferência realizada em Canberra, na Austrália, foi aprovada a Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources (CCAMLR), uma convenção mais ampla do que a CCAS, pois abrangia a preservação de outras espécies, como foi o caso do krill¹⁰ (MATTOS, 2015).

As discussões sobre exploração mineral levaram ao início da nova corrida para a Antártica dos anos 1980, prevendo uma possível revisão do Tratado em 1991, que acabou não ocorrendo, mas dando lugar ao Protocolo Ambiental ou Protocolo de Madri, marco importante da governança antártica, pois regulamentou a proibição da exploração mineral no continente, o que não tinha sido previsto no Tratado de 1959 (MATTOS, 2015).

Na Conferência de Madri, em 1991, os países membros do Tratado se reuniram e celebraram o chamado Protocolo do Meio Ambiente, que complementa o previsto no Tratado da Antártica, e posterga para mais cinquenta anos, a decisão sobre a exploração mineral no continente. O Protocolo de Madri entrou em vigor em 1998, após a ratificação por todos os países membros consultivos. Apenas para 2048, está prevista a volta da discussão sobre possíveis explorações minerais na Antártica, quando uma maioria simples, pode alterar o atual regime de não exploração. Antes disso, somente com a concordância de todos os 29 membros consultivos, o que politicamente não é fácil de ser conseguido por envolver interesses de atores distintos no sistema internacional, como é o caso dos EUA, da Rússia e da China (MATTOS, 2015).

Atualmente o Tratado da Antártica conta com a adesão de 53 países sendo que 29 são membros consultivos e 24 são membros não-consultivos¹¹. O Sistema do Tratado da Antártica

¹⁰ Conjunto de espécies de animais invertebrados semelhantes ao camarão.

¹¹ Fonte: http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e, acesso em 12 de junho de 2016.

é o nome dado ao conjunto de acordos internacionais envolvendo o Continente Antártico. Fazem parte do sistema, o Tratado da Antártica, o Protocolo de Proteção Ambiental do Tratado da Antártica ou Protocolo de Madri, de 1991, a Convenção para Conservação das Focas Antárticas de 1972 (CCAS) e a Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos de 1980 (CCAMLR) (MATTOS, 2015).

A República da Coreia é um dos países que aderiram ao Sistema do Tratado Antártico, sendo membro consultivo e com interesses na região. Como se deu este interesse a partir da criação do país em 1948, será descrito no capítulo a seguir.

4. A COREIA DO SUL NA ANTÁRTICA

Neste capítulo serão abordados uma breve história da península coreana desde o início do século XX, a divisão em dois Estados independentes e o início do desenvolvimento da Coreia do Sul ou oficialmente, República da Coreia (Coreia). Após, será abordado o início do interesse do país na Antártica e suas instituições responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento do Continente Antártico.

4.1 História da Península Coreana no Século XX

No século XIX, a Coreia permanecia praticamente desconhecida no exterior e, quando a abertura para o mundo se iniciou, a Coreia se tornou campo de batalha de potências nas lutas de influência no Norte da Ásia. Na virada do século XIX para o XX, a Coreia foi objeto de guerras, com a China e o Japão, onde lutou para manter pontos de apoio na península e para expulsar a Rússia muito interessada nos portos de águas quentes da Coreia (KIM, 1986).

A China, a Rússia e o Japão, naquele momento considerados expansionistas, competiam pelo controle econômico e político da região. Em 1910, a Coreia foi anexada ao Japão, e na primeira metade do século XX, a Coreia foi vítima de várias décadas de colonização japonesa (1910-1945), tornando-se na década de 1930 um trampolim e base industrial para a expansão militar japonesa para a Manchúria e norte da China (SAVADA, SHAW, 1990).

Nas décadas de 1920 e 1930, a resistência aos japoneses tornou-se organizada e determinada e a reação japonesa caracterizou-se pela imposição de políticas de exploração cada vez mais opressivas. Todos os setores da sociedade coreana se juntaram ao movimento de independência fazendo surgir dentre o povo comum, o orgulho nacional e um espírito de determinação, destinados a servir à pátria. A luta contra o domínio estrangeiro tornou-se o

símbolo do nacionalismo e patriotismo da Coreia moderna (KIM, 1986).

Embora muitos coreanos tenham lutado pela independência do domínio japonês, a libertação da Coreia em 1945 foi provocada não por esforços coreanos, mas pela vitória aliada sobre o Japão. Em 8 de agosto de 1945, durante os últimos dias da Segunda Guerra Mundial, a ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) declarou guerra contra o Japão e lançou uma invasão na Manchúria e na Coreia. O Japão tinha sido esgotado pela guerra prolongada contra os Estados Unidos da América e seus aliados, e as forças japonesas não estavam em posição para afastar os soviéticos até a sua rendição, em 15 de agosto de 1945 (KIM, 1986).

Como condição da rendição japonesa, a ex-URSS e os EUA, negociaram uma divisão temporária da península entre a Zona Norte e Sul, à altura do paralelo 38°¹². Para o povo coreano o período que se seguiu à divisão foi marcado por outros sofrimentos como conflitos ideológicos e como enfrentar e resolver as consequências de quatro décadas de domínio japonês. O fato é que a libertação não produziu a independência cobiçada e sim um país dividido (KIM, 1986).

A ocupação da Coreia dividida pelos EUA e ex-URSS frustrou os esforços do povo coreano em estabelecer um governo independente e unido e, as diferentes ideologias políticas implementadas nas duas regiões, intensificou ainda mais a divisão nacional. As decisões internacionais, no período pós-guerra, foram tomadas sem considerar o povo coreano, deixando-o com diferenças ideológicas, distante de sua independência, agravando a divisão nacional.

A desordem interna ao sul do paralelo 38° agravou-se em proporção direta à arregimentação rígida da sociedade sob o domínio comunista do Norte. Este processo continuou até 1948, quando dois governos ideologicamente opostos foram estabelecidos. Em

¹² Os EUA propõem a divisão da Coreia em que uma parte ficaria sob a sua influência e outra na esfera soviética, utilizando como ponte de referência a linha de demarcação do paralelo 38 para facilitar o desarmamento das tropas japonesas estacionadas no território.

agosto de 1948 forma-se a República da Coreia, após eleições gerais supervisionadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) recebendo o poder das mãos do Governo Militar dos EUA. Apesar de planos por parte das Nações Unidas para tentar fazer eleições gerais em toda a península coreana, nem o Sul ou o Norte tinham interesse em se submeter um ao outro (KIM, 1986).

Em menos de um mês, a República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), com um regime comunista, foi proclamado sob a liderança de Kim Il Sung (1912-1994)¹³, que reivindicou autoridade sobre todo o país. Em outubro de 1948, a ex-URSS reconheceu Kim Il Sung como líder de direito de toda a península coreana (SAVADA, SHAW, 1990).

Com as divergências políticas e sistemas econômicos antagônicos entre as duas Coreias, aliados às reivindicações territoriais, criou-se um cenário de instabilidade que acabou eclodindo em um conflito armado entre os dois países. Em junho de 1950, sem qualquer aviso ou declaração de guerra, as tropas da Coreia do Norte, bem armadas e equipadas, atravessaram o paralelo 38º e atacaram as despreparadas forças da Coreia do Sul. Começava ali a Guerra da Coreia (1950-1953) (KIM, 1986).

A Coreia do Sul recorreu a ONU e, em resposta, o conselho de segurança aprovou a resolução 84¹⁴ exigindo a retirada das tropas comunistas até a altura do paralelo 38º. Ao mesmo tempo solicitou que os estados-membros dessem ajuda militar à Coreia do Sul. Ao todo, tropas de 16 países diferentes desembarcaram na península coreana para enfrentar as tropas norte-coreanas que àquela altura recebiam o auxílio de tropas da China comunista. Em julho de 1953 é assinado um armistício que colocou fim na guerra e estabeleceu uma zona desmilitarizada entre as Coreias.

¹³ Líder da Coreia do Norte, partiu de uma ideologia marxista-leninista até formular a Ideia Juche baseada no culto à personalidade. Conhecido como Grande Líder, Kim Il-sung é oficialmente, segundo a Constituição do país, o Presidente Eterno da Coreia do Norte, sendo feriados no país as datas do seu nascimento e morte.

¹⁴ Resolução 84 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi aprovada em 7 de julho de 1950. Após ter decidido que a invasão da República da Coreia pelas forças da Coreia do Norte constituiu uma violação da paz, o Conselho recomendou que os membros da Organização das Nações Unidas fornecessem a assistência necessária para que a República da Coreia pudesse repelir o ataque e restaurar a paz e a segurança para a área.

A guerra deixou marcas na Península Coreana e na região ao redor. Toda a península foi reduzida a escombros, baixas em ambos os lados foram consideráveis, estima-se que nos três anos da guerra, a Coreia do Sul perdeu 147.000, a ONU 35.000, a Coreia do Norte 520.000 e a China 900.000 soldados. As baixas não militares na Coreia do Sul alcançaram a cifra de 245.000 mortos e 230.000 feridos. Além disso 330.000 foram considerados desaparecidos, enquanto 85.000 foram levados à força para a Coreia do Norte (KIM, 1986).

As chances de unificação pacífica das Coreias tinham sido remotas, mesmo antes de 1950, mas a guerra frustrou todas as esperanças. Um número considerável de sul-coreanos que eram simpáticos ou indiferentes ao comunismo antes da guerra tornaram-se anticomunistas declarados depois. Além disso, um grande número de soldados voluntários chineses permaneceram na Coreia do Norte, até Outubro de 1958, e a China começou a desempenhar um papel cada vez mais importante nos assuntos coreanos. Como a tensão na Península Coreana manteve-se elevada, os EUA continuaram a estacionar tropas na Coreia do Sul sobre as objeções de líderes norte-coreanos. A guerra também estimulou a recuperação industrial do Japão e da decisão dos EUA de rearmar o Japão (SAVADA, SHAW, 1990).

Após a reunificação da Alemanha, as duas Coreias permanecem os únicos países do sistema internacional divididos pelo Paralelo 38° N, composto por uma zona desmilitarizada cuja largura é de 4 km para uma extensão de 250 km. De lado a lado, soldados vigiam ininterruptamente a fronteira no quadro da prevenção de incidentes que poderiam colocar em risco não só a região do Nordeste Asiático como também a estabilidade mundial. A importância geopolítica marca-se pelo estreito da Coreia que controla parte do acesso ao oceano Pacífico além de estabelecer uma ponte entre o triângulo China, Japão e Rússia.

O período pós-guerra foi marcado por problemas sociais e políticos intensos, além de grandes dificuldades econômicas na Coreia do Sul. Somente a partir da gestão de Park Chung-Hee (1917-1979) entre 1962 e 1979, o país logrou um crescimento econômico considerável, sobretudo durante o terceiro plano quinquenal, entre 1972 e 1976, quando o produto interno

bruto cresceu 11,2% por ano. O volume de exportações sul-coreanas chegou a dobrar e a indústria de construção obteve contratos no exterior. Esses resultados se deveram a uma política de diversificação da produção industrial e de modificações nas estruturas econômicas nacionais. Além disso, adotou-se uma política de distribuição de renda que garantiu a ordem social (SAVADA, SHAW, 1990).

Em 2015, a Coreia do Sul era a 11ª maior economia do mundo¹⁵, com um produto interno Bruto (PIB) da ordem de U\$ 1.377.873.000.000 de dólares, tem uma população de cerca de 51 milhões de habitantes, sendo o 27º país mais populoso do mundo¹⁶, e está buscando formas de expandir sua influência na política global. O setor primário na Coreia do Sul é fraco, representando apenas uma fatia negligenciável do PIB do país. O arroz é o principal cultivo agrícola, embora a cevada, o trigo, o milho, a soja e o sorgo¹⁷ também sejam cultivados de modo extensivo. A pecuária constitui também uma atividade em grande escala. Os recursos minerais da Coreia do Sul se limitam ao ouro e à prata. Os principais setores de atividade do país são o têxtil, a indústria do aço, a fabricação de automóveis, a construção naval e o setor eletrônico. A Coreia do Sul é o maior produtor de semicondutores do mundo. O setor secundário representa cerca de 40% do PIB, enquanto o setor terciário constitui aproximadamente 60%¹⁸.

O governo coreano vê sua expansão para a Antártica e Ártico como parte do caminho para um maior papel de liderança global no Sistema Internacional.

4.2 A História do envolvimento da Coreia do Sul na Antártica

Após a chegada à presidência da Coreia do Sul de Park Chung-Hee (1917-1979) em 1963, o país viu transformações ocorrerem na sociedade que estava arrasada após a Guerra da

¹⁵ Fonte: <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>. Acesso em 4 de julho de 2016.

¹⁶ Fonte: <http://databank.worldbank.org/data/download/POP.pdf>. Acesso em 4 de julho de 2016.

¹⁷ É um alimento humano em muitos países do África, da Ásia e da América Central e importante componente da alimentação animal nos Estados Unidos, na Austrália e na América do Sul. Os grãos do sorgo são úteis na produção de farinha para panificação, amido industrial, álcool e como forragem ou cobertura de solo.

¹⁸ Fonte: <http://kostat.go.kr/portal/eng/index.action>. Acesso em 5 de julho de 2016.

Coreia. Park tinha como seu objetivo nacional a união entre o Norte e o Sul através da modernização do Sul¹⁹.

O governo acreditava que a única maneira de modernizar o país seria por meio da independência econômica e que este seria o primeiro passo para a unificação da península coreana. Com o objetivo de salvar o Estado atrasado, o governo promoveu uma campanha de reconstrução nacional com políticas de construção de estradas para melhorar sua infraestrutura, de aumento das exportações, de distribuição de renda para a população, de promoção da poupança e de autossuficiência de alimentos. As políticas implementadas melhoraram a infraestrutura econômica que levou a modernização do país e ao rápido desenvolvimento da economia coreana, que tinha sido devastada pelo domínio colonial japonês (1910-1945) e pela Guerra da Coreia (OH WON-CHUL, 2006).

O Presidente Park tinha formado uma desconfortável relação com os EUA pela suspeita de ser comunista e acusado de violar os direitos humanos dos coreanos. Essas relações, por muitas vezes causaram atritos diplomáticos entre os dois Estados e afetaram a pesca em alto mar da Coreia do Sul nos oceanos Pacífico Norte e Ártico. Na década de 1960, restrições legais sobre a pesca nos respectivos oceanos foram levantadas pelos Estados costeiros, incluindo os EUA e a ex-URSS. No entanto, a Coreia do Sul tinha a intenção de continuar com o crescimento de sua indústria pesqueira de alto mar que, naquele momento, estava em terceiro lugar na captura de peixes na Ásia²⁰, com exportações seguindo para o Japão e a própria ex-URSS²¹. Apesar da importância da pesca de alto mar para a economia coreana, foram impostas restrições mais rigorosas aos navios sul-coreanos de pesca nos oceanos por EUA e a ex-URSS. A Coreia do Sul então volta a sua atenção para o Oceano Antártico.

¹⁹ Fonte: Oh Won-chul, 『강력한 경제 건설의 원동력』 (Como Park construiu uma economia forte?), (Seoul: Dongsuhmoonhwasa, 2006), p.46-52.

²⁰ Fonte: <https://www.theguardian.com/environment/datablog/2009/sep/02/fish-capture-country>, acessado em 13 de junho de 2016.

²¹ Entrevista de JI CHUL-GUN, Chefe do Comitê Coreano-Japonês de Pesca, “Questões internacionais da pesca pelágica” Dong-A Daily, September 13, 1966.

O esforço da Coreia para desenvolver a pesca na Antártica acelerou à medida que a ex-URSS declarou sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) no oceano Ártico e Pacífico Norte e, pesqueiros coreanos foram forçados a se retirar do local. A Coreia então iniciou um esforço diplomático para ganhar apoio da Austrália e Nova Zelândia, dois tradicionais países membros do Tratado da Antártica, para a entrada do país na pesca da antártica.

As autoridades governamentais anunciaram que o seu motivo para se juntar ao Tratado Antártico era explorar e desenvolver recursos minerais e marinhos na região e apresentou suas intenções para os países não comunistas membros do tratado (KYUNGHYANG, 1978).

A reeleição de forma indireta do presidente Park para o seu quinto mandato consecutivo em 1978, fez com que os esforços do país para aderir ao Tratado Antártico atingisse o seu auge, já que ele utilizava o assunto para exortar o sentimento nacionalista da população.

Ainda em 1978 em duas estações coreanas de televisão, foi ao ar um documentário sobre os ecossistemas e exploração antártica, enquanto o Chefe Adjunto da Agência de Pesca participou da 12ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, para discutir a preservação e o desenvolvimento dos recursos biológicos da Antártica²².

A partir de então o governo financiou cerca de US\$150.000 para o lançamento de seu primeiro navio de pesca de alto mar para a Antártica, chamado *Nambookho* e, juntamente com ele, a Agência de Pesca previa a construção de 217 navios de grande porte para as futuras pescas em profundidade na região. Foi em 1978 que a Coreia do Sul entrou oficialmente na região da Antártica. Patrocinado pela Agência de Pesca coreana, a empresa de pesca, *Namguk Susan*, a fim de testar a operação de captura de krill no Oceano Antártico, navegou ao largo das costas da Terra de Enderby e Terra de Wilkes durante o período de 1978 e 1979.

²² “ ,” (“Ju Hongjang, Chefe adjunto da agência de pesca participa da 12ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura,”) Mail Kyungje, 9 de junho de 1978.

dificuldade da aceitação da Coreia ao tratado: “É difícil aderir ao tratado devido à oposição da União Soviética... No entanto, vamos perseguir com forte vontade este objetivo...” (DONG-A DAILY, 27 de Abril de 1983). Em 1984, o Ministério de Relações Exteriores declarou que tinha apresentado uma carta de candidatura à Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR), com esforço diplomático visando angariar votos para a adesão à convenção que o país considerava como um estágio anterior antes de se juntar ao Tratado da Antártica²⁶.

Buscando superar as dificuldades de ganhar apoio dos países membros do tratado do bloco comunista e maximizar a promoção do governo através da política Antártica, o governo coreano buscou a atividade diplomática, organizando uma expedição à Antártica em 1984. A expedição foi dividida em dois grupos: o primeiro foi montado com objetivos diplomáticos, visitando sete estações estrangeiras, enquanto o segundo tinha como objetivo mostrar o espírito indomável do povo coreano, colocando uma bandeira da Coreia no alto do Monte Vinson²⁷, o pico mais alto do Continente Antártico, tentando despertar um forte sentimento nacionalista no público coreano. A tarefa dada a expedição era ganhar o apoio amigável, não só de países aliados, como EUA, Chile e Argentina mas também dos comunistas como Polônia e China para que a Coreia do Sul pudesse se juntar ao Tratado da Antártica com base nas relações não-governamentais entre eles²⁸.

Em 1985, a Coreia organizou uma expedição à Antártida com dois pesquisadores do Instituto Coreano de Pesquisa e Desenvolvimento do Oceano (KORDI). Eles permaneceram na ilha Rei George, durante três semanas, aprendendo sobre a construção, a operação de bases estrangeiras e coletando informações sobre o meio ambiente da ilha para se preparar para a futura construção de uma estação permanente.

²⁶ “ ” } – ”, (“A carta de candidatura submetida a Convenção de Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos”) Mail Kyungje, 6 de Março de 1984.

²⁷ Monte Vision é o pico mais alto da Antártica com 4.897 metros. Fica no continente, no extremo sul da península Antártica e foi escalado pela primeira vez em 1966 por uma expedição dos EUA. Fonte: <http://7summits.com/vinson/vinson.htm>, acesso em 17 de junho de 2016.

²⁸ Entrevista com Yun Seoksoon, Comandante da Expedição Antártica, “ ”, (“É urgente construir uma base permanente na Antártica”) Dong-A Daily, 18 de Dezembro de 1985.

O esforço coreano foi recompensado em 27 de novembro de 1986, quando a Coreia do Sul tornou-se o 33º membro do Sistema do Tratado da Antártica. O Ministro de Relações Exteriores declarou em uma matéria no jornal *Kyunghyang Shinmun* sobre o sucesso da adesão ao tratado: “Trará um enorme efeito simbólico sobre o status internacional da Coreia...”²⁹. A declaração mostra que a administração Chun não considera os interesses econômicos ou científicos no coração da busca pela adesão ao Tratado da Antártica. Em vez disso, o governo se aproximou da Antártica com o objetivo de, a curto prazo, ostentar a sua capacidade para aqueles que duvidavam da legitimidade do regime, ao aderir ao tratado a qualquer custo. O governo coreano ficou focado em popularizar a sua realização e emitiu três milhões de selos para comemorar a entrada oficial da Coreia do Sul na Antártica. Depois da adesão, o governo decidiu parar de financiar o envio de navios de pesca ao Oceano Antártico visando encontrar uma solução para o déficit financeiro da indústria de pesca coreana na região. De 1978 até 1986, seis expedições foram enviadas porém, mais preocupadas com a assinatura do Tratado da Antártica do que com a indústria da pesca.

Para o presidente Chun Doo-Hwan a Antártica foi um dos símbolos para justificar a legitimidade do seu governo enfatizando a sua capacidade de aumentar o poder nacional priorizando-o sobre todo o resto. Graças ao esforço do governo para justificar a sua legitimidade através da política Antártica, a Coreia do Sul foi capaz de se juntar ao Tratado da Antártica.

Em 1987, a Coreia decidiu construir uma base de pesquisa na Antártica. O KORDI organizou um escritório de pesquisa polar e começou a conduzir uma pesquisa preliminar de preparação para a construção de sua base. Os investigadores do escritório de pesquisa polar em cooperação com a *Hyundai Construction* (Hyundai) e o Ministério das Relações Exteriores, exploraram vários locais candidatos para a base em torno da Ilha Rei George³⁰.

²⁹ “기반 확충을 위한 노력”, (“Garantindo uma futura base de recursos”) *Kyunghyang*, 3 de Dezembro de 1986.

³⁰ Fonte: <http://www.kopri.re.kr/www/whypolar/researchhistory/researchhistory.cms>. Acesso em 18 de Junho de 2016.

Enquanto isso, o KORDI fundou o Comité Nacional Coreano sobre Pesquisa Antártica (KONCAR), que estabeleceu um sistema nacional para a pesquisa da Antártica.

A Hyundai projetou os edifícios e instalações da base e, em 1988 a construção da primeira estação Antártica coreana, a Estação de King Sejong³¹, foi concluída na Península Barton da Ilha Rei George, local onde se encontram bases de diversos países incluindo a Estação Antártica Comandante Ferraz do Brasil³², com objetivos iniciais de registros de observações meteorológicas e sísmicas. Na figura 1, é apresentada a localização da estação King Sejong na Antártica e, na figura 2 tem-se uma vista aérea da estação coreana.

A equipe de pesquisa científica coreana na Antártica foi organizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 1988 e seus pesquisadores eram de suas universidades. A primeira equipe foi enviada para realizar, principalmente, pesquisas sobre o meio ambiente nos arredores da estação. Desde então, todos os anos, a equipe de pesquisa tem continuamente realizado estudos científicos na Estação, expandindo seus campos e temas de pesquisa. Após o primeiro ano na Antártica, a Coreia organizou o Primeiro Simpósio Internacional de Ciência Antártica, convidando 40 estudiosos de 10 países líderes em pesquisas na Antártica. No ano seguinte o país obteve o status de membro consultivo do Tratado da Antártica (KOPRI, 2008).

Em 1990, a Coreia do sul tornou-se membro regular do Comité Científico sobre Pesquisa Antártica (SCAR), além de realizar o segundo Simpósio Internacional sobre Ciência na Antártica. Ainda em 1990, foi publicada a revista chamada de Pesquisa Polar da Coreia, com o objetivo de fornecer dissertações e notícias relacionadas com a Antártica (KOPRI, 2008).

O ano de 1991 foi o de preparação para decolar a pesquisa da Coreia, foi instalado uma

³¹ Sejong, O Grande (1397-1450), foi o quarto rei da Dinastia Joseon da Coreia, conhecido pelo seu esforço para acabar com a dependência da China em termos de cultura e conhecimento por meio da criação do alfabeto coreano e promover o desenvolvimentos na área da Ciência.

³² Além da Estação Antártica Comandante Ferraz do Brasil na Ilha Rei George encontra-se também a Base Eduardo Frei Montalva e Estação Professor Julio Escudero (Chile), Estação Bellingshausen (Rússia), Estação Grande Muralha (República Popular da China), Estação Jubany (Argentina), Estação Henryk Arctowski (Polônia), Estação de Pesquisas Macchu Pichu (Peru) e Estação General Artigas (Uruguai).

De acordo com um estudo conduzido pela equipe coreana, que levou em consideração entre outros requisitos o espaço para sua construção e a estabilidade do solo, Terra Nova Bay (latitude 74° 37' S, longitude 164° 12' E) foi considerado o local mais adequado para a construção de sua segunda estação.

Em 2006, foi decidido pela Coreia a construção de sua segunda Estação na Antártica com o objetivo de estabelecer infraestrutura para pesquisar e encontrar soluções para as mudanças climáticas globais. O plano para a construção da nova estação continental na Antártica teria um investimento inicial de US\$ 70 milhões de dólares norte americanos.

Em 12 de fevereiro de 2014, foi inaugurada a Estação Antártica Jang Bogo³⁷, construída pela *Hyundai Engineering & Construction* com custo total de US\$ 92 milhões de dólares americanos. A estação tem capacidade para 15 pessoas no inverno e 60 no verão, com 4000 m² de edificações, ela é uma das maiores bases permanentes na Antártica. A nova estação deve trabalhar com investigações científicas em conjunto com a Estação King Sejong, para responder ao avanço do aquecimento global³⁸. A posição da estação Jang Bogo na Antártica pode ser verificada na figura 1 e na figura 4 é apresentada uma imagem da recente estação coreana no Continente Antártico.

4.3 Organizações Governamentais da Coreia do Sul para a Antártica e o Fórum Asiático de Ciências Polares

A pesquisa Antártica da Coreia do Sul é conduzida com colaboração dos departamentos governamentais e institutos de pesquisa privados. O representante oficial de pesquisa na Antártica é o Instituto de Pesquisa Polar da Coreia (KOPRI)³⁹, uma organização afiliada do

³⁷ Jang Bogo (787-846), ganhou destaque na Coreia como uma figura marítima poderosa que durante várias décadas efetivamente controlava o Mar Ocidental (Mar Amarelo) e a costa coreana entre o sudoeste da Coreia do Sul e a península de Shandong da China. Sua frota de navios foi centrada na ilha de Wando, ponta sudoeste da Coreia. Foi assassinato em 846 e foi adorado como um Deus após a sua morte.

³⁸ Fonte: http://eng.kopri.re.kr/home_e/contents/e_3310000, acesso em 18 de junho de 2016.

³⁹ <http://www.kopri.re.kr/>, acesso em 18 de junho de 2016.

Instituto Coreano de Pesquisa e Desenvolvimento do Oceano (KORDI)⁴⁰, ambas financiadas pelo Ministério da Terra, Transporte e Assuntos Marítimos e do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia.

Fundada em 1987 a KOPRI tem como objetivo contribuir com os interesses políticos e econômicos do Estado coreano no Ártico e na Antártica, monitorando continuamente as mudanças ambientais e garantindo os direitos adquiridos para o desenvolvimento da pesquisa nestas regiões. A KOPRI tem 50% de sua receita total financiada pelo governo coreano e os restante vem de lucros de pesquisas solicitadas pelo governo na área do Ministério dos Transportes, Terra e Marítimo⁴¹.

A KOPRI tem cinco tarefas principais que são:

- 1 – Realizar pesquisas de base e de alta tecnologia nas regiões polares;
- 2 – Dar suporte para as investigações científicas no Ártico e nas Estações da Antártica;
- 3 – Colaborar com profissionais e institutos de pesquisa polar nacionais e estrangeiros;
- 4 – Desenvolver e executar programas de pesquisa polar em cooperação com universidades, institutos e círculos empresariais da Coreia; e
- 5 – Promover as atividades de pesquisa polar para o público em geral.

Além da KOPRI outras instituições dividem responsabilidades na Antártica conforme será demonstrado a seguir:

- a) Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia: É quem junto com a KOPRI tem a responsabilidade de manter as investigações científicas nas regiões polares. Ele vem concentrando seus esforços na produção de resultados das pesquisas em uma variedade cada vez maior de campos de investigação científica. Seu principal plano de médio e longo prazo centra-se na preparação e elaboração de estratégias para a revisão prevista do Tratado Antártico em 2048.
- b) Ministério do Meio Ambiente: É responsável por estabelecer legislação nacional

⁴⁰ <http://www.kordi.re.kr/>, acesso em 18 de junho de 2016.

⁴¹ http://www.kopri.re.kr/www/about/kopri_history/kopri_history.cms. Acesso em 18 de junho de 2016.

específica relacionada com as atividades de proteção ambiental na Antártica. Todas as atividades desenvolvidas na Antártica devem ter autorização do Ministério do Meio Ambiente antes de sua execução. É ele também que emite opiniões e sugestões do governo coreano nas Reuniões Consultivas do Tratado Antártico (ATCM) e “workshops internacionais”, principalmente sobre assuntos de proteção do ambiente antártico, com o objetivo de melhorar seu status internacional como um país exemplar na política ambiental mundial. O Ministério do Meio Ambiente é o responsável por fazer planos de gestão da Antártica e emissões de documentos oficiais para os departamentos e institutos competentes.

a) Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Comércio: Faz os esforços diplomáticos para representar a Coreia do Sul no Sistema do Tratado Antártico, participando também regularmente da ATCM e da CCAMLR, com o objetivo de legitimar direitos e interesses das empresas de pesca coreanas⁴².

b) Associação Coreana de Apoio a Pesquisa Polar (KOSAP): Fundada em 2005 como uma organização privada para prestar apoio em todo o país visando incentivar e prosperar a atividade de pesquisa polar. Ela desempenha o papel de ponte entre as pessoas, escolas e outras instituições educacionais com a KOPRI, para promover as realizações na pesquisa polar para o público em geral. É financiada por empresas patrocinadoras que oferecem desde bolsas para treinar profissionais de pesquisa polar até ajuda para que os institutos de pesquisa possam lançar seus projetos⁴³.

A organização não ajuda apenas a KOPRI, mas também outros institutos e pesquisadores que realizam estudos na região polar oferecendo bolsas de estudo para pessoas que desejam se especializar na área. Um de seus trabalhos realizados para promover a pesquisa sul-coreana nas regiões polares foi um evento chamado "Experience Antarctica", que aconteceu na cidade de Seul em 2009, e permitiu que os visitantes se comunicassem com

⁴² Kim Chan-woo, Diretor de Meio Ambiente e Ciência, “ ’ | □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ,” (“A Diplomacia Ambiental do Amanhã”), Hwankung Daily, July 6, 2007.

⁴³ <http://kosap.or.kr>. Acesso em 19 de junho de 2016.

pesquisadores da Estação King Sejong via videoconferência. Além disso, a KOSAP coleta cartas de encorajamento escritas pela população e as entrega para pesquisadores da Estação King Sejong com o objetivo de encorajá-los a realizar um trabalho cada vez melhor. Todo esse trabalho de divulgação impacta na forma com que os cidadãos veem com bons olhos os investimentos dados pelo governo sul-coreano para financiar as pesquisas e projetos polares além de aumentar o sentimento nacionalista sobre a região. Esse trabalho é importante para que novos pesquisadores surjam e para que a população continue mostrando apoio e reconhecendo a importância que a região representa no futuro⁴⁴.

O Fórum Asiático de Ciências Polares (AFOPS) é uma organização não governamental que foi criada em 2004 em conjunto com a China e o Japão, e mais tarde, em 2005 com a adesão de Malásia e Índia. Além dos seus cinco membros originais a AFOPS conta também com 4 observadores, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Vietnã. Tem como objetivo fornecer uma base de cooperação para as atividades de investigação científica nas regiões polares, apresentando as realizações da Ásia para a comunidade polar internacional e tentando encorajar os países asiáticos não-polares a se envolver nas investigações científicas das regiões⁴⁵. Em 2014, a Coreia do Sul assumiu a presidência da AFOPS com o objetivo de estabelecer um sistema de assistência mútua do nordeste da Ásia.

Os interesses da Coreia do Sul no Continente Antártico podem ser divididos em políticos, econômicos e Científicos e no próximo capítulo eles serão descritos.

⁴⁴ <http://kosap.or.kr>. Acesso em 23 de julho de 2016.

⁴⁵ <http://afops.org>. Acesso em 19 de junho de 2016.

5. OS INTERESSES DA COREIA DO SUL NA ANTÁRTICA

Podemos dividir os interesses da Coreia do Sul na Antártica em políticos, econômicos e científicos. Esses interesses tem ligação entre si, reforçando o envolvimento da Coreia e moldando sua política para a região. Em outras palavras os interesses econômicos e políticos do novo continente são determinados pelos resultados de suas investigações científicas antárticas.

A ciência em si, não é o objetivo final do país, o programa antártico coreano vê a ciência como uma forma de maximizar os seus interesses econômicos e políticos na região através dos resultados de suas pesquisas e ao manter sua presença contínua na Antártica, reconhecendo a Coreia, pela comunidade internacional, como um país de pesquisa polar.

Neste capítulo serão abordados, separadamente, os interesses descritos anteriormente visando explicitar uma visão geral da importância da Antártica para a Coreia do Sul.

5.1 Os Interesses Políticos

As regiões polares são importantes áreas para a política internacional da Coreia do Sul. Em conformidade com as mudanças que ocorrem no mundo, a política polar coreana, em termos de relações internacionais, também está em evolução e este capítulo tem o propósito de descrever o significado da Antártica para a política internacional da Coreia, descrevendo os objetivos que foram perseguidos pelos governos do país.

5.1.1 Presença e Voz nos Assuntos Antárticos

Identificado o potencial geopolítico e econômico da região, mas ao mesmo tempo com uma grande incerteza futura do desenvolvimento da Antártica, os primeiros objetivos mantidos pelos governos coreano foram o de manter sua presença e ter voz em assuntos

antárticos.

O governo Chun Doo-Hwan, no início da década de 1980, anunciou publicamente que estava fazendo um esforço diplomático para se juntar ao Tratado da Antártica e à CCAMLR visando garantir o direito de ter voz nas decisões futuras sobre o continente e o oceano circundante. Na verdade, o governo coreano tinha pouco interesse na conservação dos recursos marinhos vivos da Antártica, ele viu os membros da CCAMLR como um trampolim para se juntar à composição do Tratado da Antártica, em que o governo acreditava que poderia juntar-se ao processo de tomada de decisão na divisão da soberania sobre a Antártica no futuro.

Após a adesão ao Tratado Antártico, a Coreia anunciou que iria construir uma estação na Antártica às pressas, para que pudesse garantir o direito de participar da ATCM, realizada em 1989. Para se ter ideia, a estação coreana foi construída em dois meses ao passo que a estação Bellingshausen da ex-URSS, levou dois anos para sua finalização. A razão da pressa foi bem explicada por Huan Vífias, chefe da estação chilena naquele momento:

Apenas as nações que são Partes Consultivas do Tratado da Antártica, em 1989, podem reivindicar seus direitos na revisão do tratado de direitos territoriais da Antártida em 1991... graças à construção da estação de King Sejong, a Coreia do Sul será o último país a reivindicar este direito (KYUNGHYANG, 1988).

Em setembro de 1996, o Ministério dos Assuntos Marítimos e da Pesca anunciou pela primeira vez o seu plano para a construção da sua segunda estação Antártica. O objetivo do plano era de mostrar o aumento do interesse na Antártica⁴⁶. No mesmo ano também foi anunciado o plano para o aumentar o suporte para a pesca de Krill no Oceano Antártico. O objetivo do plano era o de garantir o direito do desenvolvimento dos recursos biológicos futuros na Antártica. O Ministro dos Assuntos Marítimos e da Pesca Jung Wootaek, mostra sua preocupação em assegurar o direito coreano no Continente Antártico com a seguinte afirmação: “a competição entre os países para a posição de liderança na Antártica é feroz”⁴⁷.

⁴⁶ “ ” 2 / / /2000) ”, (“Ministério dos assuntos Marítimos e da Pesca começa a construir a segunda estação na Antártica no ano 2000.”) Kyunghyang, 6 de setembro de 1996.

⁴⁷ Dong-A Daily, “Desenvolver a indústria portuária, o ouro do oceano”, em 31 de maio de 2001.

Pesquisadores polares coreanos também consideram a sua investigação antártica como um instrumento por meio do qual a Coreia do Sul pode exercer a sua influência política sobre os assuntos antárticos. A competição por um direito adquirido não é apenas entre os Estados membros do Tratado da Antártica e os Estados não membros fora do Sistema do Tratado, a Coreia do Sul tem de competir com os principais países do Sistema Internacional a fim de reforçar a sua presença na Região.

O primeiro passo para vencer a competição é lutar contra as reivindicações de soberania sobre o Ártico e a Antártica. O então Presidente da KOPRI, Lee Honggum, em 2007, argumentou que a Coreia do Sul deve invalidar as potenciais reivindicações de soberania sobre as regiões, com os conhecimentos acumulados nas pesquisas na Antártica ao longo dos anos e esforços diplomáticos ⁴⁸.

O futuro das regiões polares ainda é incerto e, a Coreia do Sul entende esta incerteza como uma oportunidade de se apresentar como um protagonista nas futuras decisões dessas localidades. Para isso, o país é consciente da importância de se manter presente na Antártica com a finalidade de produzir resultados em suas investigações científicas tanto em quantidade quanto em qualidade para buscar manter seu direito e voz no futuro do continente.

5.1.2 A Antártica e o Status Internacional da Coreia do Sul

Como dito anteriormente, a pesquisa polar destina-se a garantir os interesses dos governos coreanos, aumentando seu prestígio. Em termos de interesse político, a Coreia do Sul busca assumir um papel de liderança e exercer mais influência na arena política internacional, em particular, o status internacional da Coreia nunca foi satisfatório em comparação com o seu poder econômico⁴⁹.

A fim de melhorar o seu prestígio no Sistema Internacional, a Coreia não tem poupado

⁴⁸ Entrevista com a comunidade científica coreana do então presidente do KOPRI, Lee Honggum em 28 de maio de 2007.

⁴⁹ Entrevista com Han Seung-soo, Primeiro Ministro da Coreia do Sul, Arirang TV, em 25 de fevereiro de 2009.

esforços para realização de eventos e reuniões de cúpula internacionais, como a reunião dos líderes da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e a Reunião de Cúpula do G20⁵⁰.

A Coreia do Sul espera promover a sua contribuição para o interesse comum da humanidade por meio da sua pesquisa na Antártica sobre a mudança climática global. Visando melhorar o seu status internacional, o país vê o seu programa Antártico como um investimento para criar uma imagem de um Estado de primeira classe.

O esforço coreano para se juntar ao Tratado da Antártica mostrou-se importante para melhorar seu prestígio internacional e o reconhecimento veio com a adesão ao ATCM.

A atividade na Antártica permaneceu como uma agenda importante para os governos da Coreia desde a adesão ao Tratado da Antártica até os governantes do século XXI, sempre confirmando que essa atividade existe para confirmar a presença coreana no cenário internacional.

Durante o governo de Roh Tae-woo (1932 -), entre 1988 e 1993, Kim Jinhyun, ministro da Ciência e Tecnologia comentou sobre o objetivo da pesquisa Antártica da Coreia do Sul como sendo: "para confirmar nossa presença no cenário internacional"⁵¹. Da mesma forma, durante sua visita ao Chile o presidente Kim Young Sam (1927-2015), durante seu governo entre 1993 e 1998, disse por telefone para Kim Yedong, líder da equipe de pesquisa da estação de King Sejong: "manter o prestígio República da Coreia para a comunidade mundial"⁵². Durante o governo Roh Moo-Hyun (1946-2009), entre os anos de 2003 e 2008, o Ministério do Meio Ambiente juntamente com outros sete países conseguiram criar, em uma área ao redor da estação King Sejong, uma Zona de Proteção Especial da Antártica (ASPA). A Coreia acredita que o esforço conjunto para preservar o meio ambiente da Antártica vai ajudar

⁵⁰ Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

⁵¹ Kim Jinhyun, Ministro de Ciência e Tecnologia, “ ” } ” (“O desenvolvimento da Antártida é um símbolo de nossa decolagem”) Dong-A Daily, 27 de janeiro de 1993.

⁵² “ ” ¥ ” (“Presidente Kim conversou com Kim Ye-dong na estação de King Sejong por telefone ,”) Seoul Shinmoon, 8 de setembro de 1996.

a melhorar o seu prestígio no Sistema Internacional.

Sua ciência e tecnologia avançada, servem como um meio, fora da política, em que a Coreia também é capaz de desempenhar este papel de liderança global.

5.1.3 O Papel da Liderança da Coreia do Sul no Novo Mundo, a questão ambiental e sua Política de Crescimento Verde

Questões ambientais ganharam força na agenda dos governos da Coreia do Sul a partir do mandato de Lee Myung-bak (1941-), entre 2008 e 2013. Esse governo procurou ativamente por soluções criativas e originais para estudar e se contrapor as mudanças climáticas globais e seus subprodutos por meio de uma política de crescimento verde. A Antártica tem dois papéis importantes para que o país lide com questões sobre mudanças climáticas globais colaborando para criar uma nova norma internacional.

O primeiro é uma base tecnológica na qual o país está buscando seu desenvolvimento sustentável. O segundo é a promoção da sua política “Climate Change Diplomacy”⁵³ e o crescimento da pesquisa na Antártica sobre a mudança climática, justifica o papel de liderança da Coreia do Sul, fornecendo um fundo simbólico e teórico para enfrentar a mudança climática global.

A tecnologia ambiental é dividida em tecnologia de adaptação às alterações climáticas e em tecnologia de redução de mudanças climáticas. Com base na nova tecnologia ambiental, o governo criou novos postos de trabalho e desenvolveu novos motores de crescimento, porém o mercado interno não é o objetivo final do governo da Coreia pois existe a tentativa de uniformizar a sua tecnologia ambiental para servir de suporte legal para a adaptação da sua tecnologia em outras partes do mundo.

A Coreia do Sul é um país pobre em recursos naturais e os governos tem investido sua

⁵³ Ao declarar "Crescimento verde com baixo Carbono", como visão nacional, a Coreia construiu uma imagem de marca nacional em torno do conceito de "crescimento verde", tornando-se um líder reconhecido no "verde" no palco global.

tecnologia ambiental e seu capital em países em desenvolvimento que são ricos em recursos naturais de forma a garantir fontes de energia permanentes (SUNGJIN, 2014).

Para liderar uma transformação da estrutura global, tendo como foco uma nova norma com as alterações climáticas e questões ambientais, a Coreia do Sul se ofereceu para desempenhar um papel de ponte para lidar com as obrigações legais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Presidente Lee fundou o Global Green Growth Institute (GGGI)⁵⁴, em 2010, visando a criação de uma “aldeia global de baixo carbono”. A ideia de expansão do GGGI é abrir escritórios regionais nas principais cidades do mundo. Em dezembro de 2013, foi concedida ao GGGI status de Observador pela Assembleia Geral da ONU⁵⁵, na Conferência das Partes realizada em Varsóvia. O GGGI tem grande significado pois é a primeira organização internacional com sede na Coreia do Sul que foi estabelecida com a iniciativa do governo coreano. Esta iniciativa do governo coreano foi bem recebida pela comunidade internacional (SUNGJIN, 2014).

Para a concretização de uma liderança global, a Coreia vê a pesquisa antártica sobre a mudança climática global como uma base essencial, tanto para o seu desenvolvimento sustentável quanto para uma nova norma global que está por vir, promovendo sua “Climate Change Diplomacy”.

5.1.4 Coreia Global

O governo coreano tem buscado mudar os estereótipos nacionais para observadores externos que vêem a Coreia do Sul como uma sociedade fechada. A imagem de uma sociedade fechada nas mentes das pessoas tem prejudicado não só a economia coreana, mas

⁵⁴ O GGGI é uma organização internacional com sede em Seul, República da Coreia. A organização visa promover o crescimento verde, um paradigma de crescimento caracterizada por um equilíbrio de crescimento econômico com sustentabilidade ambiental. O GGGI fornece pesquisa às partes interessadas para planos de crescimento verde, especialmente países em desenvolvimento, com o objetivo de substituir o paradigma mais comum baseado no desenvolvimento industrial.

⁵⁵ Fonte: <http://www.greengrowthknowledge.org/country/brazil>. Acessado em 22 de junho de 2016.

também a sua influência política na comunidade mundial.

A partir de sua abertura para o mundo a partir da década de 1970, a Coreia cada vez mais está se tornando uma sociedade multi-cultural. Para tornar realidade um sentimento nacional e reagir rapidamente para as mudanças no mundo globalizado, o governo coreano introduziu uma nova imagem nacional com o conceito de "Coreia global"⁵⁶. A Coreia do Sul observou as modificações na ordem global e reconheceu a importância da parceria global. Em vez de tentar ser um Estado separado do resto do mundo, o governo tem por objetivo transformar a Coreia do Sul em um "País maduro" dentro do mundo globalizado, compreendendo e aprofundando o processo de globalização e da interdependência internacional.

Há duas agendas importantes que o governo coreano está buscando resolver através de sua parceria global. A primeira é superar o aquecimento global e as mudanças climáticas. A segunda é moldar uma nova ordem econômica mundial através do crescimento verde.

O governo coreano tem enfatizado sua capacidade única de compreender os problemas reais dos países em desenvolvimento e partilha a sua experiência de desenvolvimento que fez a transição de Estado pobre para um com representação na cúpula no G20.

Coordenando o conflito ambiental e econômico existente entre países ricos e pobres, a Coreia do Sul busca situar-se no centro do mundo cada vez mais globalizado. Essa visão não está diretamente relacionada com os interesses econômicos e políticos do país. A promoção da "Coreia Global" é uma reação e preparação estratégica do país para um impacto político, econômico, cultural e social gerado pelo processo de globalização, disseminando a sua nova imagem de "país global maduro" nas mentes das pessoas de dentro e de fora da Coreia.

A Antártica é vista como um produto através do qual o governo coreano promove sua imagem de "Coreia Global" para os observadores externos e internos. A Coreia do Sul convida pesquisadores de países em desenvolvimento para a realização, em conjunto, de

⁵⁶ Fonte: <http://www.globalkorea.kr/>, Acesso em 23 de junho de 2016.

pesquisas da Antártica, à bordo de seus navios e bases, na esperança de ser capaz de espalhar sua imagem de Estado global maduro. Em vez de salientar que o povo coreano está conquistando a Antártica, o governo coreano está colocando ênfase em seu compromisso com a preservação da região, buscando soluções para as mudanças climáticas globais, por meio de sua pesquisa científica no continente.

Diante desse cenário, para o governo coreano, a pesquisa Antártica se torna cada vez mais útil para promover a imagem da “Coreia Global” mostrando um país que busca a liderança em questões ambientais que afetam a comunidade mundial.

5.2 Os Interesses Científicos

A Coreia do Sul definiu sete temas principais em seu projeto de pesquisa da Antártica: Alterações paleoclimáticas, camada de ozônio e atmosfera superior, ecossistemas marinhos e mudança ambiental, oceanografia física e química, geologia terrestre e meio ambiente, ciências biológicas e geologia marinha na Antártica⁵⁷.

Suas instituições dividiram os projetos de pesquisas Antártica em seis categorias:

- a) Geociências - Faz pesquisas sobre rochas polares, suas características geológicas e geográficas, investiga meteoritos antárticos e matéria interestelar;
- b) Biociência - Estuda a estrutura e funções do ecossistema polar, filogenia, evolução e biodiversidade das criaturas polares e fenômenos da vida de criaturas polares. A Biotecnologia é um campo científico chave da pesquisa da Antártica da Coreia, é uma das áreas que o país está concentrando seus esforços como o seu motor de crescimento futuro. Ela busca registrar patentes e industrializar seus conhecimentos científicos adquiridos a partir do estudo na área;
- c) Oceanociência - Investiga interações entre o gelo do mar, a atmosfera e o oceano

⁵⁷ <http://www.kopri.re.kr>. Acessado em 25 de junho de 2016.

nas regiões polares. Interações entre icebergs da Antártica e o sistema terrestre;

- d) Paleo/Cryociência - Investigação sobre a reconstrução de paleoambientes, utilizando icebergs polares e os depósitos do fundo do mar e pesquisas sobre terra congelada nas regiões polares;
- e) Cosmociência - Examina a camada superior da atmosfera, ambiente espacial e da ciência por satélites nas regiões polares; e
- f) Infociência - Constrói bases de dados sobre as regiões polares.

Os resultados e a duração das investigações científicas da Antártica determinam a forma como a Coreia do Sul persegue os seus interesses econômicos e políticos na região.

5.3 Os Interesses Econômicos

O interesse da Coreia do Sul nos recursos da região se mostra por meio da sua pesquisa científica em Geociências e Biociências sobre recursos energéticos tais como petróleo bruto e hidrato de metano, e em produtos marinhos, como o krill antártico. A Coreia do Sul tem sido cuidadosa com termos como "desenvolvimento de recursos" ou "exploração de recursos" no atual Sistema do Tratado da Antártica. No entanto, a Coreia continuou seu esforço para localizar e fazer mapas mais precisos da distribuição de recursos na Antártica, visando uma melhor preparação para a revisão programada do Protocolo sobre a Proteção Ambiental, em 2048.

A Coreia tem interesse no potencial dos recursos minerais antárticos. Os cientistas já descobriram uma significativa quantidade de hidrato de metano enterrado em torno da estação King Sejong, que poderia suprir o país por 300 anos, a se considerar a taxa de utilização de gás natural atual. Também foi descoberto uma camada sedimentar de hidrato de gás nas águas norte da Antártica. Essa experiência acumulada na Antártica está servindo de base para as investigações científicas no Ártico (BRADY, 2013).

Outro efeito econômico que o país está buscando a partir de sua ciência polar é o acúmulo de tecnologia através do qual ele pretende transformar a sua economia tradicional baseada na produção em uma economia do conhecimento. Como um lugar ideal para a realização de todas as ciências puras, a Antártica tem sido considerada o local ideal para atender às necessidades do país para a transformação de sua economia.

A Coreia tem se esforçado para maximizar o valor de suas pequenas e médias empresas, seus produtos, serviços e suas indústrias domésticas com potencial para crescer. Como exemplo, a Coreia do Sul desenvolveu um equipamento de exploração subterrânea e subaquática para a sua pesquisa Antártica e o desenvolvimento dele pôde ser aproveitado para serviços baseados em localização e em indústrias relacionadas com a defesa militar. Da mesma forma, a sua investigação em biotecnologia na Antártica foi realizada com o objetivo de impulsionar a sua indústria farmacêutica, de cosméticos e de energia. Há outras indústrias nacionais que o país tenta impulsionar através de sua pesquisa Antártica e o país prevê que as suas indústrias de aviação e eletrônica serão beneficiadas por sua pesquisa espacial nas regiões polares, enquanto que as suas investigações científicas nas áreas de geociências e oceanociências podem apoiar os serviços para prevenção de desastres e informações meteorológicas para a agricultura e a pesca (BRADY, 2013).

A experiência em estabelecer a sua infraestrutura polar mostra uma direta ligação com o fortalecimento de suas indústrias nacionais. Dois dos principais beneficiários são as indústrias de construção e de construção naval. A tecnologia acumulada na engenharia de congelamento da terra e engenharia ultra-frio e o conhecimento adquirido com equipamentos de construção em terra fria, trará um efeito cascata sobre projetos de construção resistentes ao vento e conservação de calor, o que acabará por levar ao desenvolvimento tecnológico da indústria de construção civil do país (BRADY, 2013).

No caso da indústria de construção naval, o país espera ganhar contratos para a construção de navios especiais. Consequentemente, as indústrias relacionadas com a

construção naval, como a de aço, de pintura, e outras correlatas, desenvolvem tecnologias para melhorar a oferta de seus produtos. A construção de navios quebra-gelo trouxe uma melhor qualificação para a construção de edifícios de aço e projetos no mar.

6. CONCLUSÃO

O Continente Antártico mostra sua importância por meio de sua extensão territorial, com reservas de minerais em abundância ainda não exploradas em um mundo com necessidades cada vez maiores em torno do tema da energia, vital para o desenvolvimento dos países nos dias atuais.

Sua extensão territorial explicita ainda sua importância geopolítica entendendo que, o Continente Antártico defronta os três grandes oceanos, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial, o Estreito Drake e a Rota do Cabo.

Após as primeiras expedições e entendendo o potencial que o novo continente poderia apresentar, sete países reivindicaram territórios na Antártica, criando divergências sobre a soberania no local.

O Ano Geofísico Internacional, entre os anos de 1957 e 1958, levaram mais cinco países a se interessarem pelo continente e, após uma convocação feita pelos EUA para uma conferência em Washington D.C. em 1959, os agora doze países que demonstraram interesse na região se reuniram para decidir o futuro da Antártica. Após a conferência foi criado um sistema de cooperação internacional visando uma governança para região, entrava em vigor o Tratado da Antártica.

O Tratado da Antártica conta atualmente com 53 países, é considerado a pedra angular de um sistema de governança do Continente Austral e conta com uma série de instrumentos jurídicos e instituições.

Diante do modelo de governança da Antártica podemos responder ao primeiro questionamento deste trabalho.

Podemos considerar que a forma de governança da Antártica, através do Sistema do Tratado da Antártica, atende aos ideais liberais e da Interdependência Complexa?

O idealismo liberal sugere formas de organização que superem interesses e disputas de poder por meio de leis que regem a governança dos Estados. Para o liberalismo o sucesso da

sociedade se dá a partir dos indivíduos, pelo Estado, ppor meio de um pacto coletivo. A cooperação entre os Estados é organizada por meio de leis de relações pacíficas e controlada pelos atores envolvidos.

A interdependência complexa defende que os Estados estão atrelados a uma ampla rede de contatos, interesses, articulações e fluxos transnacionais, identificando a necessidade de novos atores não estatais internacionais. Os atores e os acontecimentos em diferentes partes de um sistema são afetados mutuamente e a cooperação entre eles reduz a incerteza e aumenta a transparência nas relações interestatais.

Para a interdependência complexa os Estados apoiam a criação de regimes, que são conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão dos quais os atores convergem em uma determinada área das relações internacionais e fornecem as estruturas nas quais as relações entre os Estados podem se organizar.

Nesse contexto, o Sistema do Tratado da Antártica surgiu como instrumento regulador legal, internacional e de cooperação com relação pacífica entre os seus países signatários, atendendo aos ideais Liberais e da Interdependência Complexa.

Após a resposta do primeiro questionamento, entendendo que o Sistema do Tratado da Antártica atende aos ideais Liberais e da Interdependência Complexa vem a tona o segundo questionamento relacionado diretamente com os interesses da Coreia do Sul no Continente Antártico.

Após identificado os interesses da Coreia do Sul no Continente Austral, estaria o país objetivando a preservação da Antártica como um bem comum da humanidade, atendendo assim ao ideal Liberal?

A República da Coreia sofreu ao longo de história com invasões, guerras e lutas contra o domínio estrangeiro. Essas lutas fizeram surgir no povo coreano um sentimento nacionalista atrelado a um forte orgulho e espírito nacional.

A indústria de pesca coreana se voltou para a Antártica devido às restrições que o país

sofreu com as declarações da ZEE, por parte de EUA e da ex-URSS. A partir da pesca na Antártica surge o interesse coreano de se juntar ao Tratado da Antártica, com o objetivo inicial de desenvolver os recursos continentais e marinhos da região. A ideia inicial era uma oportunidade de exploração de recursos para alavancar um país recém-criado que acabara de passar por uma guerra que deixou o país debilitado.

A Coreia do Sul entendeu que para aderir ao Sistema do Tratado Antártico a postura a ser adotada deveria ser de cooperação e conservação do Continente Austral. Suas atitudes passaram a não considerar, em um momento anterior à adesão ao Tratado da Antártica, os interesses econômicos ou científicos como o coração da busca para a adesão. O governo não mediu esforços para aderir ao tratado por meios diplomáticos.

Organizações governamentais foram criadas com a intenção de auxiliar o governo na busca por seus objetivos na região e após a adesão do país ao Tratado da Antártica, essas organizações cresceram em importância tanto ao público interno quanto ao externo.

Outra iniciativa foi a criação do Fórum Asiático de Ciências Polares que pode ser considerada uma organização não governamental que tem como objetivo fornecer uma base de cooperação entre os países asiáticos componentes para as atividades de investigações científicas nas regiões polares.

As organizações governamentais e o Fórum Asiático de Ciências Polares são agentes que atuam no Sistema Internacional conforme preconiza o conceito de transnacionalização e cooperação entre Estados da Teoria Liberal.

Os interesses da Coreia do Sul no Continente Antártico podem ser divididos em políticos, econômicos e científicos. O interesse científico em si não é o objetivo final do país. A ciência é uma forma de maximizar seus interesses econômicos e políticos na região.

Em relação aos interesses políticos o governo coreano ao longo do tempo perseguiu sempre dois objetivos: manter sua presença tendo voz nos assuntos antárticos e aumentar o status internacional do país.

Para ter voz nos assuntos antárticos as pesquisas coreanas na região são a base do país para as reivindicações futuras no continente.

O esforço coreano para se juntar ao Tratado da Antártica mostrou-se importante para melhorar o seu prestígio internacional. Esse reconhecimento veio com a adesão ao ATCM e com a entrada do país na ONU. A atividade Antártica existe para confirmar a presença coreana no cenário internacional.

A Coreia do Sul visualiza uma oportunidade no cenário internacional por meio de uma política envolvendo a questão ambiental e o crescimento verde. Como essas questões ganharam força no mundo atual, a Coreia entende que a Antártica se torna importante para desenvolver a sua base tecnológica em busca de um desenvolvimento sustentável, bem como se apresenta como um local ideal para a difusão do objetivo da Global Green Growth Institute, organização internacional, que visa a criação de uma aldeia global de baixo carbono.

O conceito de Coreia Global, reconhece a importância da parceria global e pretende transformar o status da Coreia para um país maduro dentro de um novo mundo globalizado e pautado na interdependência entre os Estados.

Como interesses econômicos, parte considerável das pesquisas da Coreia são de mapeamento de recursos energéticos como petróleo bruto e hidrato de metano e em recursos marinhos como o Krill para fins comerciais futuros. Suas pesquisas ajudam também suas indústrias, pequenas e médias empresas se valendo das descobertas no Continente Antártico em benefício da melhoria de seus produtos.

Apesar de iniciativas em torno do tema da cooperação internacional e pesquisas envolvendo a Coreia em um mundo globalizado e pautado no crescimento verde, a península coreana continua sendo pobre em recursos naturais fazendo com que o governo coreano continue a investir sua tecnologia ambiental em países em desenvolvimento, ricos em recursos naturais, de forma a garantir fontes de recursos permanentes. Para a Antártica, todas as atividades da Coreia, incluindo a investigação científica, conferências acadêmicas

internacionais e os esforços diplomáticos, têm sido realizados com a temática de garantir os interesses na região.

Partindo da necessidade do país em recursos naturais, a Coreia do Sul tem tentado maximizar o seu interesse nacional para ter o direito à soberania e ao desenvolvimento dos recursos do continente no futuro, abrindo mão da preservação da Antártica como um bem comum da humanidade, fugindo assim ao ideal Liberal de cooperação entre os atores internacionais.

A Coreia do Sul busca garantir uma presença ativa no continente, ficando em condições de explorar economicamente a região, no caso de uma mudança nas atuais regras do Tratado.

KRASNER, Stephen D. (Ed.). **International Regimes**. Cornell university Press, New York, 1983.

HWANKUNG Daily, Kim Chan-woo, Officer of Environment and Science, Ministry of Foreign Affairs and Trade, “’ | □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ,”(“**A Diplomacia Ambiental do Amanhã**”), Hwankung Daily, 6 de julho de 2007.

KYUNGHYANG. “□ □ □ □ □ □ □ □ □ □ } □ □ □ □ , □ □ □ □ ○ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ,”(“**O governo tenta aderir ao Tratado da Antártica para o desenvolvimento dos recursos e apresenta de uma carta de intenções para os países membros não comunistas**”) Kyunghyang, 11 de março 1978.

KYUNGHYANG. “□ □ □ □ ○ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ , □ □ □ □ □ □ | > □ □ □ □ ” (“**O Workshop de Seoul para o direito marítimo internacional tenta moldar uma nova ordem marítima**”) Kyunghyang, 6 de Julho de 1981.

KYUNGHYANG. “□ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ,”(“**Garantindo uma futura base de recursos**”) Kyunghyang, 3 de Dezembro de 1986.

KYUNGHYANG. “□ □ □ □ ` □ □ □ □ □ ` □ □ □ □ ,”(“**O hino Nacional da Coreia acorda as calotas polares**”) Kyunghyang, 1 de janeiro de 1988.

KYUNGHYANG. ““ □ □ □ □ 2 □ □ □ /□ □ □ □ □ □ /2000 □ □ □ □) □ □ □ □ ”, (“**Ministério dos assuntos Marítimos e da Pesca começa a construir a segunda estação na Antártica no ano 2000.**”) Kyunghyang, 6 de setembro de 1996.

KYUNGJE, Mail. ““ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ } □ □ □ □ – □ □ □ □ ,”(“**A carta de candidatura submetida a Convenção de Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos**”) Mail Kyungje, 6 de Março de 1984.

KYUNGJE, Mail. “□ □ □ □ ○ – (¥ ¥ □ □ □ □ ○ □ □ □ □)”(“**Ju Hongjang, Chefe adjunto da agência de pesca participa da 12ª Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.**”) Mail Kyungje, 9 de junho de 1978.

MATTOS, Leonardo Faria de. **O Brasil e a adesão ao tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel**. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2015.

Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Terra, Transporte e Assuntos Marítimos, □ □ □ □ □ | (□ □ □ □ □ □ □ □ (Araon, o quebra-gelo, está pronto para ser construído), Seoul, 2008.

MORAVCSIK, Andrew. **Liberal internacional relations theory**. Cambridge, 2003.

NYE, Joseph. **Comprender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e a História**. 3ª ed. Gradiva, 2002.

OH WON-CHUL. □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ (Como Park construiu uma economia forte?), Seoul: Dongsuhmoonhwasa, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional**. FUNAG, Brasília, 2012.

SAVADA, Andrea Matles e SHAW, Willian. **South Korea a Country Study**. Federal Research Division, Library of Congress, 1990.

Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR). Disponível em: <<http://www.scar.org>>, Acesso em 12 de junho de 2016.

SHINMOON. “□ □ □ □ ” □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ¥ □ □ □ ,” (“**Presidente Kim conversou com Kim Ye-dong na estação de King Sejong por telefone,**”) Seoul Shinmoon, 8 de setembro de 1996.

SONG WON-OH, **Onuriho**, Hangman 45, 1992.

SUNGJIN, Kim, “**South Korea’s Climate Change Diplomacy: Analysis Based on the Perspective of ‘Middle Power Diplomacy’**”, Korea University, October 2014.

The Seven Summits, disponível em: <<http://7summits.com/vinson/vinson.htm>>, acesso em 17 de junho de 2016.

ANEXO – Figuras



Figura 1- Localização das Bases da Coreia do Sul na Antártica
Fonte: Kopri, 2016.



Figura 2- Estação King Sejong
Fonte: Kopri, 2016



Figura 3- Navio Quebra-Gelo de Pesquisa Araon
Fonte: Kopri, 2016.



Figura 4- Estação Jang Bogo
Fonte: Kopri, 2016.